

ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

ANGOLA: PEACE, DEMOCRACY AND HUMAN DEVELOPMENT

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e qualidade de vida da população. Para tanto, analisamos dados relativos à dimensão da educação, medida pelo índice de escolaridade, que leva em conta a média de anos de estudo da população adulta e a expectativa de anos de estudo das crianças em idade escolar. Além disso, também consideramos a dimensão da saúde, medida pela esperança de vida ao nascer, que são condições essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país no pós-guerra. Os resultados obtidos revelam que as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas zonas rurais onde o acesso à educação e saúde ainda é limitado.

José Fernando de Matos

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Desenvolvimento Humano; Saúde; Educação; Paz.

ABSTRACT: This article aims to assess the impact of human development policies in Angola, especially regarding education, health, and quality of life of the population. To do so, we analyze data related to the education dimension, measured by the education index, which takes into account the average years of schooling of the adult population and the expected years of schooling for school-age children. Additionally, we also consider the health dimension, measured by life expectancy at birth, which are essential conditions for the country's social and economic development post-war. The results obtained reveal that the human development policies implemented in Angola have not been effective in improving the quality of life of the population, especially in rural areas where access to education and health care is still limited.

Editor-Gerente
[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

KEYWORDS: Angola; Human Development; Health; Education; Peace.

ANGOLA: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

José Fernando de Matos ¹

Introdução

Angola alcançou a paz em 04/04/2002. O contexto pós-guerra começou com o legado dessa guerra civil, caracterizado pela pobreza generalizada, especialmente nas áreas rurais e periurbanas (OYA, 2019). Com o término da guerra civil, o governo de Angola lançou o Programa de Reabilitação e Reconstrução, centrado-se inicialmente na consolidação do acordo de paz, reconciliação nacional e no desenvolvimento econômico e social do país. O fim da guerra civil em 2002 constitui, assim, o acontecimento mais importante até então. De acordo com Ermelinda Liberto (2015), se por um lado estava dado o momento de consolidar a democracia politicamente e desenvolver o espaço que permita o exercício dos direitos de cidadania, igualmente, em termos econômicos, também era o momento de dar início ao processo de impulsionar a economia, motor essencial para empreender outros projetos, como a edificação do estado social. Nessa perspectiva, julgamos relevante abordar este tema no recorte temporal indicado (2002-2017), pois no período pós-guerra civil, apesar dos avanços em várias frentes, Angola ainda enfrenta desafios importantes em relação à paz, democracia e desenvolvimento. A pobreza e a desigualdade ainda são problemas significativos, e muitos angolanos ainda têm acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Além disso, a corrupção e a falta de transparência continuam sendo desafios importantes para o país. Assim, o objetivo deste artigo é avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola, especialmente no que diz respeito à educação, saúde e qualidade de vida da população.

A questão de investigação que originou este artigo consiste em: como a busca pela paz, a consolidação da democracia e as políticas de desenvolvimento humano têm influenciado a realidade social, política e econômica de Angola? Parte-se aqui da hipótese de que, no período em análise, de 2002 a 2017, as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, mesmo após esses anos de paz. No período em análise, a perda para o desenvolvimento humano devido à desigualdade é um problema estruturante para o país, muitas zonas rurais ainda continuam sem acesso às infraestruturas básicas, programas de proteção social e muitas crianças e jovens ainda não

¹ Especialista em Estudos Africanos e Representações da África no Brasil pela UNEB; mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia - UFBA. matossizanga@gmail.com Este artigo é resultado da dissertação de mestrado, intitulada “O papel do estado no desenvolvimento social e econômico em Angola a partir do final da guerra civil”.

frequentam a escola, havendo também grande disparidade de gênero. A metodologia utilizada na construção do trabalho fundamentou-se em uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa de caráter quantitativo, utilizando a base de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Em termos de estruturação, o artigo está dividido em três seções, cada uma dedicada a uma parte específica do tema. Na primeira seção, delinea-se brevemente a avaliação dos resultados do desenvolvimento humano em Angola. Nas segunda e terceira seções, analisamos a evolução das políticas públicas nos setores de saúde e educação, que constituem pilares fundamentais para a melhoria do desenvolvimento humano dos angolanos. Para concluir nosso trabalho, apresentamos nossas considerações finais, cientes de que a temática não se encerra aqui.

Visão nacional relativa ao desenvolvimento humano em Angola

A República de Angola, situada na região sul da África, enfrentou décadas de conflitos armados. No entanto, desde o fim da guerra civil em 2002, o país tem se empenhado em consolidar a paz, fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento humano. Nesse contexto, é fundamental compreender como esses três elementos - paz, democracia e desenvolvimento humano - estão interligados e têm impactado a sociedade angolana. A Constituição de 2010 estabelece as bases para a paz e democracia em Angola, definindo os princípios fundamentais para a proteção dos direitos dos cidadãos e a promoção de uma sociedade justa e inclusiva.² No entanto, a democracia ainda não está plenamente estabelecida devido à falta de oportunidades econômicas para os cidadãos alcançarem uma vida de bem-estar e felicidade, conforme determinado pelos objetivos do Estado na Constituição.

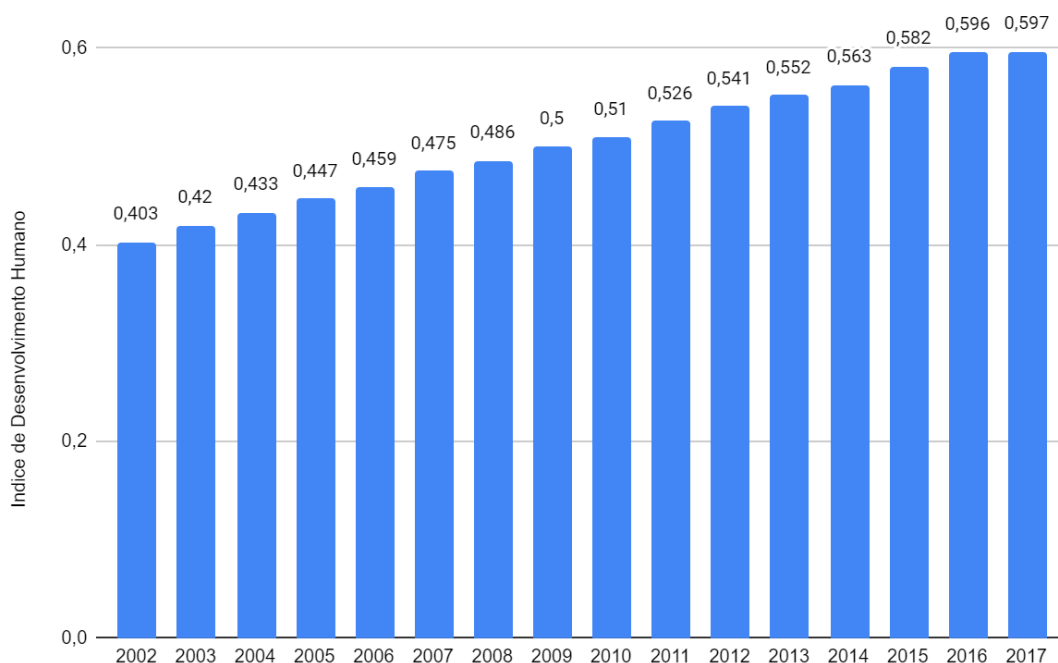
Quanto à paz, a Constituição de 2010 reafirma o compromisso do Estado angolano em promover a reconciliação nacional e a resolução pacífica dos conflitos, proibindo o uso da violência como meio de resolução de disputas e incentivando a participação da sociedade civil na construção de uma cultura de paz.³ No entanto, é importante destacar que a implementação efetiva da Constituição e o pleno respeito aos direitos e liberdades nela consagrados são desafios contínuos no período pós-guerra. Para avaliar os resultados do desenvolvimento humano em Angola, os dados a seguir são reveladores sobre os desafios enfrentados (Gráfico 1). Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH de Angola aumentou de 0,403 em 2002 para 0,597 em 2017, colocando o país na

² Constituição de Angola, 2010.

³ Constituição de Angola, 2010.

posição 147 entre 189 países em desenvolvimento humano. Isso representa um aumento de 52,3% no IDH do país durante esse período.

Gráfico 1: Evolução do IDH de Angola 2000-2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Este nível de IDH, de acordo com o site do PNUD, classifica a República de Angola no Grupo dos Países de Desenvolvimento Humano Médio.⁴ O PNUD destaca que a preocupação reside na desigualdade e na pobreza existentes no país. Os dados divulgados pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2018) indicam que Angola perdeu posições no ranking mundial quando as desigualdades e a pobreza são consideradas (Quadro 1).

Quadro 1. IDH ajustado pela desigualdade (IHDI)

País	IDH	IDH ajustado pela Desigualdade (IHDI)	Perda global (%)	Diferença de posição no IDH	Desigualdade da renda (Gini)*
Angola	0.597	0.393	32.4	-2	42.7
Botsuana	0.717	60.5
África do Sul	0.699	0.467	33.2	-17	63.0
Cabo Verde	0.654	47.2
Namíbia	0.647	0.422	34.8	-13	61
Nigéria	0.532	0.347	34.7	-6	43.0
Senegal	0.505	0.340	32.6	-1	40.3
Noruega	0.953	0.876	8	-1	27.5

⁴ Consultar o site: < <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/AGO>>.

África Subsaariana	0.537	0.372	30.8	-	-
Mundo	0.728	0.582	20.0	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2018)

Deste modo, o IDH diminuiria 32,4%, passando de 0,597 para 0,393. O relatório adianta que a perda média devido à desigualdade para os países com IDH médio é de 25,1%, e para a África Subsaariana é de 33,8%.⁵ Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) publicou o relatório da Pobreza Multidimensional de Angola, com base nos resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) de 2015-2016. O índice de pobreza multidimensional é uma medida que leva em consideração diversos fatores além da renda, como acesso a serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, moradia adequada e segurança alimentar. Isso permite uma avaliação mais completa da situação de pobreza em um país.

Essas medidas surgem com o intuito de medir a pobreza multidimensional nas 18 províncias. No último índice de Pobreza Multidimensional de Angola, divulgado em julho de 2020, o INE revelou que cerca de 64,8% da população angolana vive em situação de pobreza multidimensional. De acordo com o INE, a pobreza multidimensional é mais prevalente nas áreas rurais de Angola, onde cerca de 80% da população vive em situação de pobreza. Além disso, a pobreza multidimensional é mais comum entre as mulheres, crianças e jovens.⁶ O relatório do INE também destacou a importância de políticas públicas que visem combater a pobreza multidimensional em Angola. Isso inclui a melhoria do acesso a serviços básicos de saúde e educação, a promoção de empregos e renda, a expansão do acesso a água potável e saneamento básico, e a promoção da igualdade de gênero.⁷ O índice de pobreza multidimensional de Angola divulgado pelo INE em julho de 2020 é um alerta para a necessidade de ações concretas para combater a pobreza no país.

Em particular, a distribuição de água potável é um problema sério que necessita de prioridades urgentes de financiamento para sua distribuição em todas as 18 províncias. De acordo com dados do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2018 (PNDS), no contexto nacional, apenas 42% da população usa uma fonte apropriada de água para beber. Isso significa que, em Angola, na área rural, a população tem uma probabilidade muito inferior de obter água potável, comparativamente à população urbana. Muitas vezes, a água é contaminada por bactérias e outros agentes patogênicos, o que pode levar a doenças e problemas de saúde. "No que concerne ao

⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2018.

⁶ Instituto Nacional de Estatísticas, 2020.

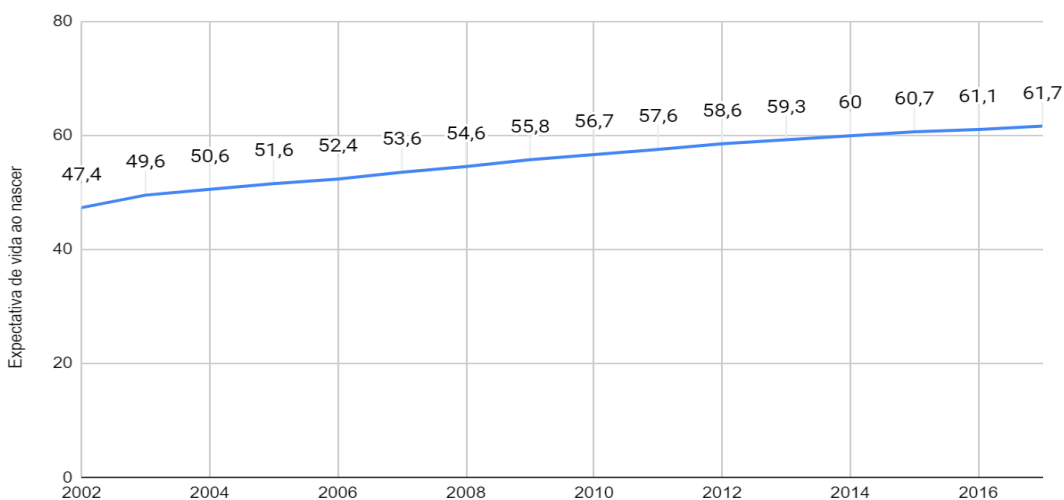
⁷ Instituto Nacional de Estatísticas, 2020.

saneamento, apenas 53% dos agregados têm algum tipo de instalação sanitária em casa. (...) A proporção de famílias com uma instalação sanitária em casa é maior nas áreas urbanas, 74%".⁸

No que diz respeito à energia elétrica, "(...) a distribuição é mais comum nas áreas urbanas, onde cerca de 70% da população tem acesso à eletricidade. Nas áreas rurais, apenas cerca de 10% da população tem acesso à eletricidade".⁹ A falta de acesso à energia elétrica em Angola é um obstáculo para o desenvolvimento econômico do país. Muitas empresas e indústrias não conseguem operar sem energia elétrica confiável e acessível, o que pode limitar o crescimento econômico e a criação de empregos.

A expectativa de vida ao nascer é um dos indicadores mais importantes para avaliar o desenvolvimento humano de um país. Em Angola, a expectativa de vida ao nascer apresentou um aumento significativo nas últimas décadas. De acordo com dados do site do PNUD, a expectativa de vida média é de aproximadamente 61 anos (Gráfico 2). Esse aumento na expectativa de vida pode ser atribuído a diversos fatores, como melhorias na área da saúde e programas de prevenção de doenças. No entanto, apesar dos avanços, esta ainda é uma expectativa de vida média muito baixa. De acordo com esses dados, a expectativa de vida em Angola tem aumentado gradualmente ao longo dos anos, mas ainda está abaixo da média global. A desigualdade social e a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade são questões que afetam a expectativa de vida em algumas regiões do país.

Expectativa de vida ao nascer na Angola entre 2002 e 2017



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

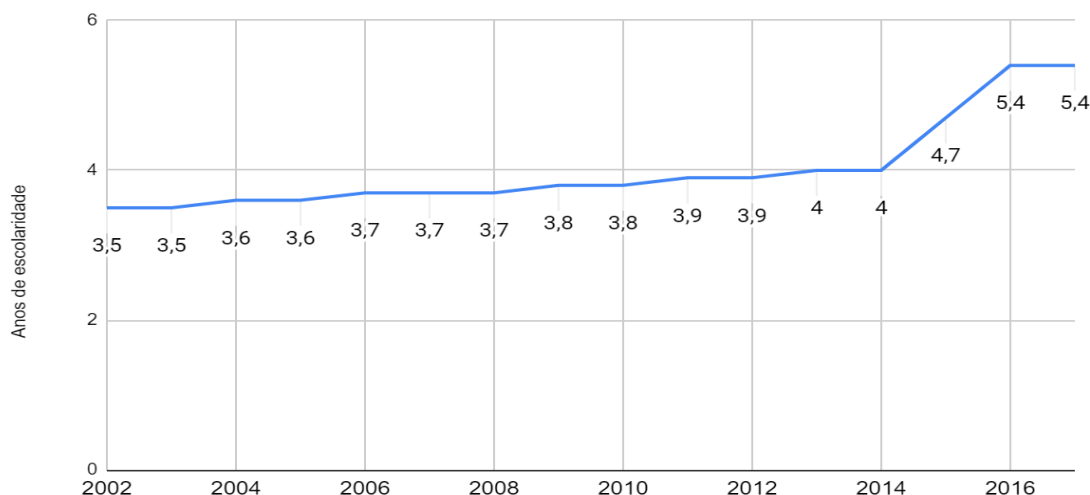
Além da renda per capita e da expectativa de vida ao nascer, a média de anos de escolaridade é o terceiro grande indicador importante para avaliar o desenvolvimento humano de

⁸ Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, 2018, p. 24.

⁹ Instituto Nacional de Estatísticas, 2020, p. 25.

um país. Em Angola, de acordo com dados do PNUD, a média de anos de escolaridade tem apresentado um aumento gradual nos últimos anos (Gráfico 3). Em 2002, a média era de apenas 3,5 anos, enquanto em 2017, esse número subiu para 5,4 anos. Isso significa que, em média, os angolanos completam cerca de 5,4 anos de estudo ao longo de suas vidas.

Media de anos de escolaridade na Angola entre 2002 e 2017

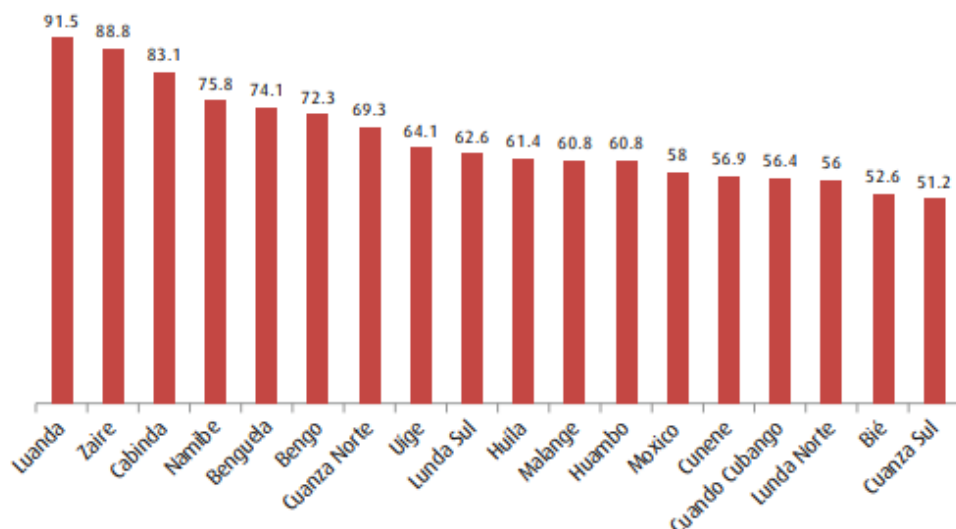


Fonte: Elaborado pelo autor (2023) com base em PNUD (2023)

Esses aumentos na média de anos de escolaridade estão relacionados com a Lei de Base do Sistema de Educação (LBSE, 2001), que considera o ensino primário obrigatório e gratuito (artigo 7º e 8º). Não há cobrança de qualquer pagamento pela inscrição da 1ª à 6ª classe nas escolas públicas de ensino. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados. Segundo o relatório do Quadro de Parceria entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) (2020, p.27), aproximadamente 33% das mulheres entre 15 e 24 anos não sabem ler, comparando com os 16% dos homens. De acordo com este mesmo documento, no total, apenas 64% das mulheres são alfabetizadas, em comparação com os 84% dos homens. Observa-se que o nível de escolaridade atingido por sexo reproduz as normas sociais discriminatórias, especialmente para as mulheres.

Ainda na senda da discussão sobre o caráter multifacetado da educação, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas (2020, p. 38), foi possível constatar que as províncias que apresentam as taxas de alfabetização mais baixas são as do Cuanza Sul (51,2%), Bié (52,6%) e Lunda Norte (56,0%), sendo que na província do Cuanza Sul cerca de 36,4% das mulheres e 72,3% dos homens são alfabetizados (Gráfico 4). Esses números mostram que ainda há muito a ser feito para melhorar a educação a nível regional em Angola e garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade.

Gráfico 4 – Taxa de alfabetização por província



Fonte: INE, IDREA 2018-2019

Os dados apresentados permitem-nos perceber que a situação social do país ainda é desafiadora, especialmente nas áreas rurais. Angola apresentou estagnação nos setores de educação e saúde, que são pré-condições para o processo de desenvolvimento humano. Na ausência de desenvolvimento social, a fabulosa riqueza produzida pela indústria de exploração do petróleo durante a mini-idade de ouro (2002 até 2008), e nos anos seguintes até 2014, não foi convertida em bem-estar generalizado para todos. De acordo com Álvaro Dala, o investimento nos setores sociais, além de não ser condizente com a quantidade de riqueza produzida, foi seriamente prejudicado pela corrupção, inviabilizando o cumprimento de compromissos importantes assumidos por Angola, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (DALA, 2018). O primeiro ODM consiste em acabar com a pobreza e com a fome.

Desde 2002 até 2017, foram elaborados em Angola quatro relatórios de progresso para a avaliação e monitoramento das Metas e seus indicadores, que permitem verificar a consecução de cada ODM em diferentes períodos. O primeiro foi em 2003, o segundo em 2005, o terceiro em 2010 e o quarto em 2015. As ações desenvolvidas pelo Executivo no âmbito da Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) colocam Angola entre os piores lugares, com as populações vivendo com menos de 2,15 dólares por dia, de acordo com a linha de pobreza internacional atualizada pelo Banco Mundial em 2022. O papel do Estado na preservação da paz e reconciliação em Angola, no período pós-guerra civil (2002-2017), foi de grande importância para a reconstrução do país após anos de conflito armado. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir um desenvolvimento humano mais inclusivo e sustentável, bem como para fortalecer as instituições democráticas e combater a corrupção. Além disso, ainda há muitas desigualdades sociais e econômicas no país, e muitas pessoas ainda vivem em condições precárias.

Nesse sentido, o Botswana é citado como um exemplo de uma economia rica em recursos que obteve grande sucesso na promoção do crescimento a longo prazo e na redução da pobreza.¹⁰ O país conseguiu recuperar e investir com sucesso as receitas, incluindo investimentos no capital humano. De acordo com o DSN, embora tenha enfrentado desafios na diversificação da economia e na criação de um ambiente favorável para as empresas e o investimento, o Botswana possui políticas macroeconômicas saudáveis que ajudaram a reduzir as pressões de curto prazo para aumentar os gastos públicos de forma ineficiente. Vale a pena mencionar que, com este exemplo, não nos propusemos a entrar em discussões morais sobre os rumos do Botswana. Nosso objetivo é chamar a atenção para o fato de que a liderança deste país o transformou em um grande milagre africano e um exemplo claro de que um Estado forte não é uma marionete nas mãos de interesses particulares, como observado por Evans Peter (2004, p.125): "ele sabe criar estímulos seletivos e temporários para a iniciativa privada". Essas medidas, como a reforma do Estado, da economia, da saúde e da educação, constituem os eixos programáticos que contribuem para o sucesso deste país africano.

Diante de tais pontos, segundo Mia Couto (2016), a pergunta crucial é esta: O que é que nos separa desse desenvolvimento que todos queremos? Esta é uma das possíveis conclusões que se pode sugerir, em resumo: alguns acreditam que o que falta são mais quadros, mais escolas, mais hospitais. Outros acreditam que precisamos de mais investidores, mais projetos econômicos. "Tudo isso é necessário, tudo isso é imprescindível. Mas, para nós há uma outra coisa que é ainda mais importante. Essa coisa tem um nome: uma nova atitude e um novo espírito de solidariedade" (COUTO, 2016, p. 33). Se não mudarmos de atitude, não pregarmos solidariedade uns aos outros, não conquistaremos um desenvolvimento sustentável para Angola. Podemos ter mais técnicos, mais hospitais, mais escolas, mais crescimento econômico, mas não seremos construtores do desenvolvimento que todos almejamos. Assim sendo, importa destacar a seguir a evolução das políticas públicas no setor de saúde e educação que constituem um pilar fundamental para a melhoria do desenvolvimento humano dos angolanos.

Saúde como direito fundamental

Conforme o artigo 77º da Constituição da República de Angola, a saúde pública é um direito fundamental de todos os angolanos e um dever inalienável do Estado. Assim sendo, o sistema de saúde em Angola é composto por uma rede de hospitais, clínicas e postos de saúde,

¹⁰ Diagnóstico Sistemático Nacional, 2018, p. 31.

tanto públicos quanto privados. No entanto, o sistema de saúde do país enfrenta muitos desafios, incluindo falta de infraestrutura adequada, pessoal qualificado e recursos financeiros.

O sistema de saúde público em Angola é gerenciado pelo Ministério da Saúde e é financiado pelo governo. Os serviços de saúde são oferecidos gratuitamente em hospitais e postos de saúde públicos, mas muitas vezes a qualidade do atendimento é baixa devido à falta de recursos e pessoal qualificado. Diante desse cenário, muitas pessoas em Angola recorrem a clínicas e hospitais privados para obter atendimento médico de melhor qualidade. No entanto, esses serviços são caros e muitas pessoas não têm condições financeiras para pagar por eles.¹¹ Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde tem apoiado Angola desde 2002 nos esforços para ampliar a cobertura do Sistema Nacional de Saúde público, com foco em áreas específicas. Desde a virada do século XXI, os esforços de cooperação da OMS com Angola continuam a ser direcionados para as seguintes áreas:

"[...]Apoiar o MINSA no reforço do Sistema Nacional da Saúde na implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS); Melhoria das capacidades nacionais para fazer face aos desafios no setor da saúde; Fortalecimento da capacidade do Ministério da Saúde na prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento e controlo ou erradicação de doenças transmissíveis; Fortalecimento da capacidade do Ministério na planificação e expansão do acesso universal à saúde e aos cuidados primários, incluindo a saúde do adolescente, a saúde sexual e reprodutiva, assim como na redução das desigualdades de gênero".¹²

Apesar do sucesso obtido em alguns programas no plano de cooperação entre a OMS e o Governo de Angola de 2002 a 2017, os principais constrangimentos e desafios na área da saúde materna e infantil em Angola são a insuficiência de recursos humanos qualificados para responder às necessidades de saúde pública em diferentes níveis.¹³ Além disso, Angola tem apenas 1 ou 2 médicos, menos de 23 profissionais de saúde e 63 enfermeiros por 10 mil pessoas.¹⁴ Considerando esse indicativo, a relação médico/habitante reflete os elevados índices de mortalidade nos hospitais públicos, além dos déficits de meios diagnósticos. Segundo as projeções da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, as porcentagens recomendadas de médicos, enfermeiros e parteiras por cada 1000 habitantes para os serviços operacionais de rotina é de 4,45 mais 30% de aumento de capacidade, etc.¹⁵ Esses números são inferiores aos que Angola apresenta. Diante disso, é imperioso que a reformulação do Sistema de Saúde Pública leve em conta as diretrizes

¹¹ Organização Mundial da Saúde, 2013.

¹² Organização Mundial da Saúde, 2013, p. 33.

¹³ Organização Mundial da Saúde, 2013.

¹⁴ Diagnóstico Sistemático Nacional, 2018, p. 16.

¹⁵ Organização Mundial da Saúde, 2020, p.35.

estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, que prevê bons investimentos e profissionais qualificados, principalmente no que tange à assistência primária.

De acordo com as recomendações da OMS, quando não se investe na atenção primária, os países acabam por colher óbitos precoces, uma vez que as doenças que deveriam ser combatidas nestas unidades evoluem para patologias crônicas.¹⁶ Assim, de 2002 até 2017, persistiram em Angola altos níveis de mortalidade materna, infantil e dos adolescentes. Alguns indicadores do IIMS (2016) revelam que uma em cada 24 crianças morre antes de celebrar o primeiro aniversário e que uma em 15 morre antes de seu quinto aniversário (p.117). No entanto, cabe destacar que Angola alcançou também muitas realizações de que se pode orgulhar:

"(...) Só para se ter noção, de 1990 a 2016, a mortalidade materna e infantil caiu drasticamente de 1.160 para 477/100.000 e 134 para 44/1.000 nascidos vivos respectivamente (...)"¹⁷

Apesar desses esforços, os dados atuais ainda não são satisfatórios. Angola encontra-se abaixo da média na taxa de mortalidade materna para os países de baixa e média renda. Além disso, o país tem ainda uma elevada incidência de doenças infecciosas e parasitárias, com destaque para as grandes endemias, doenças respiratórias e doenças diarreicas, um nível de má nutrição ainda elevado em menores de 5 anos, epidemias recorrentes de cólera e malária.¹⁸ A falta de recursos humanos em todas as áreas, desde médicos, enfermeiros, técnicos de laboratório, bem como um projeto devidamente estruturado na perspectiva da melhoria do sistema primário, faz com que a malária constitua um dos principais problemas de saúde pública e é a primeira causa de procura de serviços de saúde. As dotações das despesas orçamentais com a saúde têm registrado pouco aumento em termos percentuais no orçamento de Estado (Quadro 2).

Os gastos com saúde pública em Angola têm sido historicamente baixos em relação ao Orçamento Geral do Estado (OGE). De acordo com CEIC (2016), entre 2008 e 2016, os gastos com saúde pública em Angola variaram de 6,7% a 4,35% do OGE. Esses números são significativamente inferiores à recomendação de Abuja de 2001. A Declaração de Abuja, assinada por Angola e outros países africanos, estabeleceu um compromisso importante com a saúde pública. Conforme o acordo em questão, a saúde passaria a receber 15% das despesas totais do Orçamento Geral do Estado (OGE) anualmente (CEIC, 2016). Isso significa que os governos desses países se comprometeram a investir uma parcela significativa de seus recursos financeiros na melhoria dos sistemas de saúde e no acesso a serviços de qualidade para suas populações.

¹⁶ Organização Mundial da Saúde, 2013.

¹⁷ Programa de Desenvolvimento Nacional, 2018, p. 2.

¹⁸ Programa de Desenvolvimento Nacional, 2018.

Quadro 2. % da despesa com saúde no OGE, 2008-2016

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
%	6,7	6,3	3,7	5,02	5,14	5,29	4,35	5,05	4,35

Fonte: CEIC (2016)

A baixa alocação de recursos para a saúde pública em Angola tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. A falta de recursos financeiros tem afetado a qualidade do atendimento médico, a disponibilidade de medicamentos e equipamentos, e a capacidade do sistema de saúde em atender às necessidades da população. Em consequência disso, muitas áreas rurais em Angola têm acesso limitado a serviços de saúde, o que torna difícil para as pessoas acessarem serviços de saúde em áreas urbanas. Essa situação faz com que as principais preocupações e indicadores apontem para uma situação ainda preocupante do ponto de vista dos serviços prestados e cobertura da população para cada tipo de unidade sanitária (Quadro 3).

A análise do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola destaca um problema fundamental no sistema de saúde do país: a falta de acesso adequado aos serviços de saúde primários. Muitos pacientes acabam buscando atendimento diretamente nos hospitais de nível terciário, sobrecarregando essas instalações com casos que poderiam ser tratados

QUADRO 3. SERVIÇOS PRESTADOS E COBERTURA DA POPULAÇÃO PARA CADA TIPO DE UNIDADE SANITÁRIA		
Unidades de saúde	Serviços prestados	População de referência
Posto de saúde I	Cuidados primários (consultas, vacinação monetização do crescimento de crianças, cuidado pré-natal, planejamento familiar e remédios essenciais)	5000
Posto de saúde II	Cuidados primários + laboratório	20.000 a 40.000
Centro de saúde	Cuidados primários +laboratório +partos (abertos 24 horas)	75.000
Centros de saúde de referência/Hospitais municipais	Segundo nível de referência. Cuidados primários+laboratório+partos+internamento+ radiologia+recuperação nutricional+ saúde oral	150.000 (rural) 500.000 (urbano)
Hospitais Central e Geral	Terceiro nível de referência cuidados primários+ laboratório+ partos+internamento+ radiologia+transfusões de sangue+internamento especializado + medicina interna+ pediatria e ginecologia e obstetrícia. Alguns hospitais gerais oferecem mais serviços	750.000

em níveis inferiores de atendimento, como postos de saúde e centros médicos locais. Essa disfuncionalidade do sistema de saúde pública resulta em problemas significativos, incluindo a falta de medicamentos, a ausência de análises clínicas e a carência de profissionais especializados nos hospitais públicos. Em contraste, o sistema de saúde privado atende principalmente à classe média e à elite política e militar do país, deixando o sistema público em uma situação de precariedade.

Para melhorar a situação da saúde pública em Angola, é essencial que o governo aumente os investimentos na área da saúde, incluindo infraestrutura, recursos humanos qualificados e financiamento adequado para garantir a disponibilidade de medicamentos e equipamentos médicos em todos os níveis de atendimento. Além disso, é crucial que o governo trabalhe em estreita colaboração com organizações internacionais para desenvolver políticas e programas eficazes que abordem os desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. Em resumo, a melhoria da saúde pública em Angola requer uma abordagem abrangente que aborde as deficiências estruturais do sistema de saúde, garantindo o acesso equitativo a estes serviços para toda a população, independentemente da sua condição socioeconômica.

Angola: educação para o desenvolvimento

A educação em Angola tem passado por diversas transformações ao longo dos anos, desde a independência do país em 1975. O governo angolano tem investido em políticas públicas para melhorar a qualidade do ensino, aumentar a inclusão e reduzir a taxa de analfabetismo. Apesar dos esforços, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos financeiros e a falta de professores qualificados são alguns dos principais problemas enfrentados pelo sistema educacional angolano.

Em linhas gerais, o país possui um sistema educacional de 12 anos, dividido em três ciclos: ensino primário (1ª a 6ª classe), ensino secundário (7ª a 9ª classe) e ensino médio (10ª a 12ª classe). O ensino primário é obrigatório e gratuito, mas muitas crianças ainda não têm acesso a ele. A gratuidade, segundo o artigo 11.º da Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, "traduz-se na isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas, material escolar e apoio social, dentre o qual a merenda escolar, para todos os indivíduos que frequentam o ensino primário nas instituições públicas de ensino".¹⁹ O sistema de ensino superior em Angola é composto por universidades públicas e privadas, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior. As universidades públicas são mantidas pelo governo e oferecem cursos em

¹⁹ Lei de Bases de Educação e Ensino, 2001, p. 6.

diversas áreas, como medicina, direito, engenharia, entre outras. Já as universidades privadas são mantidas por empresas ou organizações privadas e oferecem cursos em áreas semelhantes.

O acesso ao ensino superior em Angola é feito através de um exame nacional de admissão, que é realizado anualmente. Os estudantes que obtêm as melhores notas no exame têm mais chances de serem admitidos nas universidades públicas, enquanto os estudantes que não conseguem estas vagas podem optar por estudar em universidades privadas. O Ministério da Educação (MED) é o principal responsável pela implementação das políticas, estratégias e planos educativos. Em âmbito regional, existem as Direções Provinciais de Educação e as Repartições Municipais de Educação que desempenham um papel fundamental na gestão e execução das políticas destinadas ao ensino primário e secundário.

Atualmente, Angola possui cerca de 90 instituições de ensino superior, entre universidades, institutos politécnicos e outras instituições de ensino superior. Dentre essas instituições, cerca de 20 são públicas e as demais são privadas. As universidades públicas mais conhecidas em Angola são a Universidade Agostinho Neto, a Universidade Katyavala Bwila e a Universidade Mandume Ya Ndemufayo. Já entre as universidades privadas, destacam-se a Universidade Católica de Angola, a Universidade Lusíada de Angola e a Universidade Independente de Angola. Numa perspectiva de educação para todos, apesar do esforço realizado nessa área, com o advento da paz para criar as condições necessárias e promover mudanças significativas para o alcance da qualidade do ensino, desde infraestruturas e condições de trabalho, salários dignos, bibliotecas e laboratórios adequados, etc., a qualidade é um tema bastante discutido atualmente em Angola. A qualidade do ensino varia muito de região para região, sendo que as áreas rurais são as mais afetadas pela falta de recursos e professores qualificados.

A remuneração dos professores em Angola é um tema que tem gerado muita discussão nos últimos anos. Muitos professores reclamam que seus salários são baixos e que não são suficientes para cobrir suas despesas básicas. Além disso, a falta de incentivos financeiros tem levado muitos professores a abandonarem a profissão, o que agrava ainda mais a crise educacional no país. A tabela indicativa da carreira do professor do ensino primário e secundário, conforme o artigo 1º do Diário da República de Angola, mostra que um professor auxiliar do 1º Grau ganha um vencimento base de 101.078,03 kwanzas (equivalente a 120.09 USD), enquanto um professor do ensino superior do 1º Grau ganha um vencimento base de 404.312,14 kwanzas (Diário da República de Angola, 2022). Em outras palavras, o governo coloca os professores em condição de pobreza, impedindo que tenham salários que proporcionem dignidade às suas famílias. A valorização do professor é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade.

A falta de qualidade do ensino em Angola é também reflexo da corrupção institucionalizada, conhecida como "gasosa", e de uma governança sem responsabilização. De

acordo com Ermelinda Liberato, a "gasosa" é um fenômeno cultural que se tornou parte da rotina dos angolanos, mas que não passa de corrupção, seja ativa ou passiva. Embora a prática seja ilegal, muitos angolanos acreditam que é uma forma de resolver um assunto ou facilitar o acesso a serviços públicos ou privados (LIBERATO, 2015). Nas escolas, o fenômeno da gasosa, por exemplo, acontece para pagar propina por uma vaga na matrícula ou facilitar a aprovação do aluno. A "gasosa" vai contra os princípios da gratuidade estabelecidos na Lei de Bases de Educação e Ensino - Lei n.º 17/16, de 7 de outubro, e na Constituição da República de Angola de 2010.

Outro problema enfrentado pelo sistema educacional angolano é a ausência do ensino das línguas locais. Embora Angola tenha mais de 40 línguas nacionais, o ensino é feito apenas em português, a língua oficial do país. Isso tem levado muitos estudantes a terem dificuldades em acompanhar as aulas e a se sentirem desmotivados em relação à escola. Como consequência, as famílias que querem colocar seus filhos nas escolas estatais são obrigadas a colocá-los em estabelecimentos onde se ensina unicamente, e com material de apoio, em Língua Portuguesa. Levando em conta a realidade nacional, muitas crianças encontram imensas dificuldades de aprendizado, pois, além das dificuldades normais do ensino, ainda precisam aprender uma nova língua (CRUZ, 2014). A falta de ensino das línguas locais também tem um impacto negativo na preservação da cultura e da identidade angolanas. Muitos jovens estão perdendo o contato com suas raízes culturais e linguísticas, o que pode levar a uma perda da diversidade cultural do país.

Finalmente, a política de merenda escolar é uma questão importante para garantir a nutrição adequada dos alunos e, conseqüentemente, melhorar o desempenho escolar. Em Angola, a política de merenda escolar tem sido alvo de críticas devido à sua falta de efetividade e à sua implementação inadequada. Uma das principais causas da ausência de efetividade da política de merenda escolar em Angola é a corrupção institucionalizada. A corrupção tem afetado a capacidade do governo de investir em programas sociais, como a merenda escolar, prejudicando a qualidade da educação e o bem-estar dos estudantes. (CRUZ, 2014). As conseqüências da falta de uma política de merenda escolar efetiva são graves. Muitos alunos vão para a escola com fome e não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso afeta diretamente o desempenho escolar, a concentração e a capacidade de aprendizado dos alunos.

Outra conseqüência da falta de uma política de merenda escolar efetiva é o aumento da evasão escolar. Muitos alunos abandonam a escola porque não têm acesso a uma alimentação adequada durante o dia. Isso é especialmente comum em áreas rurais, onde a falta de infraestrutura e a pobreza são mais prevalentes. Com os pontos acima listados, entende-se que este grupo cria um engarrafamento no subsistema de ensino primário. Com relação à taxa de conclusão do ensino primário, Angola é o país da África Subsariana que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50%. Ou seja, das crianças entre 6 a 11 anos, 1,7 milhões encontram-se fora do ensino primário, e

a situação piora entre as crianças de 12 a 18 anos, das quais 3 milhões estão fora do ensino secundário correspondente à sua idade.²⁰

Para melhorar a política de merenda e o combate ao abandono escolar em Angola, é necessário investir mais recursos financeiros e melhorar a gestão dos recursos públicos. Além disso, é importante envolver a comunidade escolar, incluindo pais, professores e alunos na implementação e monitoramento da política de merenda escolar. Isso pode ajudar a garantir que a política seja implementada de forma efetiva e que os alunos recebam uma alimentação adequada durante o dia escolar. No entanto, há também pontos positivos a serem destacados. O governo angolano tem investido em programas de alfabetização para adultos, o que tem ajudado a reduzir a taxa de analfabetismo no país. Esses programas têm sido fundamentais para proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para a população adulta, que muitas vezes não teve acesso à educação formal durante a guerra.

Os programas de alfabetização para adultos têm sido implementados em todo o país, com a participação de organizações governamentais e não governamentais. Esses programas oferecem aulas de alfabetização básica, bem como cursos de formação profissional, que ajudam a melhorar as habilidades e a empregabilidade dos participantes. Os resultados desses programas têm sido significativos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, a taxa de analfabetismo no país caiu de 67% em 2000 para 32% em 2017. Isso representa uma melhoria significativa na qualidade de vida e nas oportunidades de trabalho para muitos angolanos.²¹ No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os angolanos tenham acesso à educação e às oportunidades de desenvolvimento que merecem.

Somando-se ao acima referido, Angola está atrasada quando se trata da inserção da tecnologia no sistema de ensino. O fato de observarmos nas salas professores que ministram aulas no modelo tradicional aos alunos do século XXI remete-nos à muitas indagações. Por exemplo, foi notória a ausência do uso de tecnologia em escolas públicas e privadas no ensino primário e secundário durante o período pandêmico. Todavia, o que falta neste caso é a vontade política dos órgãos de decisão do país. Os gestores das coisas públicas precisam injetar os recursos financeiros necessários para mudar esse quadro de estagnação com que se encontra o sistema de educação e ensino de Angola. (Quadro 4).

Quadro 4: Angola – Despesa pública com educação 2000 a 2017

Ano	Despesa com educação (M. €)	Despesa com educação (% orça.)	Despesa com educação %PIB	Despesa com educação per c.
-----	-----------------------------	--------------------------------	---------------------------	-----------------------------

²⁰ UNPAF, 2020.

²¹ Instituto Nacional de Estatísticas, 2018.

2017	2.664,5	6,76%	2,47%	94 €
2016	2.516,9	6,55%	2,75%	92 €
2015	3.651,7	8,92%	3,49%	137 €
2014	3.214,3	7,13%	2,93%	124 €
2013	3.985,8	9,69%	3,87%	159 €
2012	3.267,6	9,86%	3,28%	134 €
2011	2.605,0	8,96%	3,24%	110 €
2010	2.162,7	8,68%	3,42%	94 €
2006	951,8	7,45%	2,28%	47 €
2005	630,0	7,99%	2,12%	32 €
2000	315,2	5,26%	2,61%	18 €

Fonte: Countryeconomy - Elaborado pelo autor

De acordo com os dados do quadro acima, o orçamento para a educação em 2017 é de cerca de 6,76% do orçamento total do país. Embora esse número represente um aumento em relação aos anos anteriores, ainda está muito abaixo das recomendações da Declaração de Dakar, que recomenda que os países africanos destinem pelo menos 20% de seus orçamentos nacionais para a educação. A Declaração de Dakar é um compromisso assumido por países africanos em 2000, que visa garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos do continente. A falta de investimento na educação em Angola tem consequências significativas para a qualidade da educação no país. A falta de recursos financeiros significa que muitas escolas não têm a infraestrutura necessária para oferecer uma educação de qualidade, e muitos professores não recebem o treinamento e o apoio necessários para ensinar de forma eficaz.

Além disso, o baixo orçamento em educação impede o desenvolvimento dos programas educacionais, o que acaba prejudicando o desempenho dos alunos nas zonas rurais. A partir dessas observações, Angola pode melhorar ainda mais os resultados alcançados até o presente momento. Conforme constatou a Fundação das Nações Unidas para a Infância:

"[...] As atribuições de Angola para a educação devem ser aumentadas para os 20% estipulados nos seus compromissos internacionais (Compromisso de Dakar, 2000), para que o país atinja o 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o da "Educação de Qualidade". Atualmente, com menos de 7% da despesa total para o setor, Angola encontra-se muito abaixo de outros países da região da África Austral (Quadro 5). A título de comparação, em 2017, o Zimbábwe alocou 24,5% do seu Orçamento Geral do Estado (OGE) à educação, a vizinha Namíbia 19,4% e o Malawi 17%.²²

A qualidade é essencial no processo de ensino e aprendizagem. Considerando esse indicativo, em Angola, se houvesse mais investimento, haveria uma grande probabilidade de se atingir um novo patamar. Contudo, é importante ressaltar que não basta apenas investimento, mas também um esforço no sentido de uma grande mudança para que a educação seja colocada no topo

²² Fundação das Nações Unidas para a Infância, 2017, p.3.

das prioridades. Para enfrentar esses desafios, é necessário um compromisso renovado do governo em investir na educação e nos professores. Isso inclui aumentar a remuneração dos professores e fornecer incentivos financeiros para aqueles que desejam permanecer na profissão. Além disso, é importante que o ensino das línguas locais seja incorporado ao currículo escolar, a fim de promover a diversidade cultural e linguística do país. Somente com essas medidas será possível melhorar a qualidade da educação em Angola e garantir um futuro melhor para as próximas gerações. O governo angolano deve trabalhar para aumentar o orçamento para a educação e garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e transparente, para que todos os cidadãos possam ter acesso a uma educação de qualidade e a oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Considerações finais

Os resultados obtidos ao longo deste artigo revelam que as políticas de desenvolvimento humano implementadas em Angola não têm sido efetivas na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas zonas rurais no pós-guerra. Observamos que o acesso à educação ainda é limitado em muitas áreas, com altas taxas de analfabetismo e falta de infraestrutura adequada nas escolas. Isso afeta diretamente a capacidade dos indivíduos de alcançarem um nível de vida satisfatório. No que diz respeito à saúde, embora tenha havido avanços significativos, como a redução da taxa de mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida, ainda existem desafios a serem enfrentados. A falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente nas áreas rurais, e a persistência de doenças endêmicas representam obstáculos para o desenvolvimento humano sustentável.

Diante desses resultados, é evidente a necessidade de revisão e aprimoramento das políticas de desenvolvimento humano em Angola. É fundamental investir na melhoria da infraestrutura educacional, na capacitação de professores e na promoção de programas de alfabetização. Além disso, é necessário fortalecer o sistema de saúde, expandindo o acesso a serviços básicos e implementando medidas eficazes de prevenção e controle de doenças. Em conclusão, a avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento humano em Angola revela a importância de um compromisso contínuo com a melhoria da educação, saúde e qualidade de vida da população. Somente por meio de esforços conjuntos do governo, da sociedade civil e da cooperação internacional será possível alcançar um desenvolvimento humano sustentável e equitativo em todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CRUZ, Domingos da (Org.). **África e direitos humanos.** São Paulo: Paco Editorial, 2014.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

LIBERATO, Ermelinda. “O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois”. **Mulemba**, v. 5, n. 10, 2015.

SITES DE INTERNET

DALA, Nuno A. Desenvolvimento Humano em Angola de 2002 a 2017: 15 anos de Paz e de Má Qualidade de Vida. Disponível em: <www.ntpinto.files.wordpress.com>. Acesso em: 2018.

DIAGNÓSTICO SISTEMÁTICO NACIONAL. Criar ativos para os pobres. Dezembro de 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/438231553065261474/pdf/135196-Portuguese-SCD-final-pt.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2021.

DOCUMENTOS

ANGOLA. Constituição da República de Angola. Luanda, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). Relatório Econômico de Angola 2016. Luanda, junho de 2016. 1ª edição.

CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA (CEIC). Relatório Social de Angola 2016. Universidade Católica de Angola, Luanda.

IIMS. Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS) 2015-2016. Relatório Final. Junho de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Índice de pobreza multidimensional de Angola. Julho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Características dos jovens em Angola. Luanda, 2018.

INVESTIMENTO NO CAPITAL HUMANO EM ANGOLA. Uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

LEI 13 - 01 – LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO DE ANGOLA 2001. Luanda, 31 dez. 2001.

MED. Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Luanda, set. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1º Ciclo do Ensino Secundário. Luanda, set. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto de empoderamento das raparigas e aprendizagem para todos (PAT II) - Projeto No. 168699. Fevereiro de 2021. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/605721613699387368/pdf/Environmental-and-Social-Management-Framework-ESMF-Girls-Empowerment-and-Learning-for-All-Project-P168699.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS ANGOLA. Quadro de Cooperação entre o Governo de Angola e as Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDCF) 2020-2022. Disponível em: <https://angola.un.org/sites/default/files/2020-10/Doc-UNSDCF-Angola-PT-0804.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Análise dos recursos humanos da saúde (RHS) nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). 2010. Disponível em: https://www.who.int/eportuguese/publications/OMS_Analise_RHS_PALOP.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

OMS. Avaliação externa conjunta das principais capacidades do RSI da República de Angola: relatório de missão, 18-22 novembro 2019. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2020.

PNUD. Avaliação da Contribuição do PNUD Para os Resultados de Desenvolvimento em Angola. Novembro de 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Videos/ADR_Angola_2013-portugese.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

PNUD. Angola registra progressos no desenvolvimento humano e desafios na mitigação das desigualdades. Luanda, 20 set. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/angola-regista-progressos-no-desenvolvimento-humano-e-desafios-na-mitiga%C3%A7%C3%A3o-das-desigualdades>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PDN. Investimento no Capital Humano em Angola Investir nas pessoas para o crescimento. Uma revisão dos indicadores nutricionais no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022.

PND. Plano Nacional de Desenvolvimento (2018-2022). Governo de Angola, Luanda, 2020.

UNICEF. Educação no OGE 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/media/741/file/UNICEF-Angola-2017-Education-Budget-Brief.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

UNPAF. Quadro de Parceria Entre o Governo de Angola e o Sistema das Nações Unidas (UNPAF) 2015 – 2019. Disponível em: https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/angola_unpaf-angola--8-july-2014-port-final.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

Recebido em: 20/05/2023
Aprovado em: 11/12/2023